

■ ATOS FRUSTRADOS

Ministro do STF proíbe ocupação de vias e prédios, com prisão e multa a quem descumprir. Em BH e Brasília, segurança foi reforçada. Com medidas, os protestos não tiveram público

Decisão de Moraes esvazia manifestação bolsonarista

GUILHERME PEKOTO E VÍCTOR CORREA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem que autoridades públicas do país impeçam quaisquer tentativas de ocupação ou bloqueio de vias públicas, rodovias, espaços e prédios públicos por manifestantes apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), punindo com prisão em flagrante e multa os infratores. A ordem foi dada em resposta a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que alertou o ministro a respeito da chamada Mega Manifestação Nacional – Pela Retomada do Poder, convocada por bolsonaristas após os ataques às sedes dos três Poderes. O alerta levou o interventor da segurança do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, a determinar reforço na segurança e o fechamento da parte principal da Esplanada dos Ministérios. Em Belo Horizonte, o **polícia civil (PC) determinou** que a Guarda Municipal atuasse para cumprir as ordens do STF e autorizou a detenção de quem as desrespeitasse.

As ações foram suficientes para frustrar as manifestações bolsonaristas marcadas para ontem nas principais capitais do país. Citada pela AGU, a possível manifestação bolsonarista agendada para ontem na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, não ocorreu. Informações do setor de inteligência do governo federal apontavam a possibilidade de radicais se reunirem a partir das 18h. Uma hora depois, porém, o local tinha pouco movimento. Sem grandes grupos aglomerados, não havia nem mesmo considerável número de pessoas aproveitando o ar livre para fazer exercícios físicos – um provável reflexo da chuva do início da noite.

Em frente a uma das entradas do Palácio da Liberdade, uma viatura da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) estava de prontidão. Enviados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), agentes da Guarda Municipal também faziam a segurança do local. A patrulha belo-horizontina colocou um veículo, inclusive, na área interna da praça, nos arredores do coreto. Integrantes da cavalaria militar também estavam presentes. O descumprimento da decisão de Moraes por parte de participantes ou financiadores das eventuais manifestações vai gerar multa horária no valor de R\$ 20 mil para pessoas físicas e de R\$

ORDEM DO PREFEITO

- » Considerando as informações de inteligência no sentido de existir uma mobilização para a intitulada "megamanifestação nacional pela retomada do poder" supostamente a ocorrer em Brasília e em diversas capitais do país, inclusive em Belo Horizonte, hoje às 18h na Praça da Liberdade;
 - » Considerando que movimentos antidemocráticos (com pedidos de intervenção militar e não aceitação do resultado das eleições) não são constitucionalmente protegidos pelo direito de reunião e configuram prática criminosas;
 - » Considerando a decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, há poucos minutos, na ADPF 519, na manhã deste dia 11.01.2023;
- 1) Que sejam impedidos quaisquer tentativas de ocupação ou bloqueio de vias públicas, espaços públicos e prédios públicos em todo território de Belo Horizonte por movimentos antidemocráticos;
 - 2) Que seja aplicada multa, diretamente pelas autoridades municipais, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para pessoas físicas, e R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para pessoas jurídicas, que descumprirem a determinação do Supremo Tribunal Federal;
 - 3) Em caso de omissão das autoridades federais e estaduais na execução de prisão em flagrante daqueles que desobedecerem à determinação do Supremo Tribunal Federal, que a ordem de prisão em flagrante seja efetuada pelos próprios agentes municipais, com o encaminhamento dos delitos à Polícia Federal;
 - 4) Que sejam identificados todos os veículos utilizados na prática do ato e providenciada a imediata remoção da via pública;



MARCO VIEIRA/EM/D.A. PRESS

Em Belo Horizonte, a Praça da Liberdade, local previsto para atos, tinha reforço na segurança e estava vazia no início da noite de ontem

100 mil para pessoas jurídicas.

Na Praça da Liberdade, pouco depois das 19h, havia pequenos grupos de pessoas com trajes verde e amarelo. Caminhando de forma independente uns dos outros, eles não se articularam para atos em conjunto. Paralelamente, pedestres caminhavam com seus guarda-chuvas e sombrinhas. A preocupação da AGU e do STF está ligada aos atos golpistas ocorridos no domingo (8/1), em Brasília (DF). Radicais simpáticos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tomaram os prédios do Congresso Nacional e do Supremo, bem como o Palácio do Planalto, e promoveram vandalização generalizada das estruturas.

Segundo a AGU, as "megamanifestações" de ontem estavam previstas para ocorrer em todas as capitais do país. A articulação em prol dos protestos ocorria por meio de aplicativos de mensagem e redes sociais. Moraes determinou que o Telegram bloqueasse os perfis de indivíduos envolvidos na organização dos atos. Nas conversas enviadas pe-

lo advogado-geral da União, Jorge Messias, ao STF, bolsonaristas utilizam o código Festa da Selma para se referir aos protestos de teor golpista. Segundo apurou o Estado de Minas, a Prefeitura de BH também tinha indícios de que uma manifestação radical poderia ocorrer ontem.

REFORÇO Em Brasília, o interventor federal Ricardo Cappelli visitou a pé, na tarde de ontem, o esquema de segurança montado na Esplanada contra uma possível manifestação de extremistas bolsonaristas. "Houve um planejamento de segurança preventivo para garantir a tranquilidade e a segurança de todos os servidores que trabalham, e também a segurança dos prédios da Esplanada", disse Cappelli aos jornalistas. Questionado sobre o esquema de segurança no domingo, o interventor respondeu que "no domingo, o secretário de Segurança Pública do DF estava nos Estados Unidos". Essa é uma diferença básica. Anderson Torres, que teve mandado de prisão ex-

pedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, ocupava o cargo à época.

A segurança perto das sedes dos três Poderes estava muito mais reforçada do que em outros pontos da Esplanada, com uma barreira montada ao lado do Congresso Nacional, com grande número de policiais e bombeiros. Drones pilotados por militares da Força Aérea circulavam pelo local. Além do esquema de segurança na Esplanada, Cappelli declarou que as forças atuam em todo o território do Distrito Federal para evitar ataques fora da Esplanada, como o que ocorreu à sede da Polícia Federal.

OUTRAS CAPITAIS Em São Paulo, na Avenida Paulista, o policiamento foi reforçado. Grupos de 30 a 40 agentes da Polícia Militar, alguns a cavalo, circulavam nas ruas do entorno do Masp. Policiais se posicionaram em duplas próximas ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O trânsito fluía sem

obstruções. Na Paulista, poucas pessoas vestidas de verde e amarelo e com a bandeira do Brasil chegaram a se posicionar em alguns pontos da avenida, mas nenhuma delas em grupo organizado. A maioria passava sem parar em frente ao Masp.

Nas redes sociais, usuários também disseram que a manifestação seria, na verdade, falsa, e que o encontro não havia sido programado por defensores de Bolsonaro. Um dos jovens presentes na Paulista mostrou um tuité que atribuía a manifestação a uma armadilha para criar pretexto para afastar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). A possibilidade de uma manifestação acontecer no local fez com que empresas da região liberassem os funcionários do trabalho presencial.

No Rio, também fracassou o ato de teor golpista convocado em grupos do WhatsApp, do Telegram e por perfis bolsonaristas nas redes sociais para ocorrer em Copacabana, na Zona Sul, na noite de ontem. A mani-

festação contra o governo Lula não reuniu nenhum apoiador na orla da praia. Em grupos bolsonaristas, parte dos integrantes acusaram militantes de esquerda de promover a convocação de um suposto "ato fake". O objetivo seria infiltrar opositores para culpar os direitistas caso houvesse depredação de patrimônio. A Prefeitura do Rio e o governo fluminense reforçaram a segurança no trecho do Posto 5 da Praia de Copacabana. Aquele era o local previsto para receber a manifestação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3